

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, *Terça-Feira*, 26 de maio de 2026 | edição nº 1535

R\$ 2,50

ACORDO ENTRE LULA E MOTTA ACELERA FIM DE ESCALA 6X1, E EMPRESÁRIOS PROCURAM ALCOLUMBRE POR MUDANÇAS

Empresários e políticos do centrão que defendiam uma transição mais longa para o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais para 40 horas foram pegos de surpresa com a transição de apenas um ano anunciada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), nesta segunda-feira (25).

A percepção é de que não há mais espaço para negociar mudanças na Câmara. A estratégia agora é negociar com o Senado Federal para alongar esse prazo ou tentar segurar o debate para depois da eleição, para que os parlamentares estejam menos suscetíveis a pressões dos eleitores e do governo. Uma

reunião está prevista com o presidente Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para a tarde desta terça-feira (26).

A expectativa deles era de um escalonamento de até quatro anos e que as mudanças, mesmo se aprovadas antes da eleição, só passassem a valer após outubro ou a partir de 2027. Motta, no entanto, anunciou após reunião com o presidente Lula (PT) que a proposta vai reduzir a jornada para 42 horas 60 dias após a promulgação. A jornada cairia para 40 horas 14 meses depois.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) também acabará com a escala de seis dias de trabalho para um de folga (6x1) dois meses após a promulgação.

Deputados e líderes de

partidos do centrão ouvidos pela Folha de S.Paulo dizem que eram a favor de um escalonamento mais longo, de quatro anos para a jornada de 40 horas semanais, para dar tempo de as empresas se adaptarem, mas que não terão como se opor ao acordo anunciado por Motta. Por isso, votarão a favor da mudança mais rápida para evitar prejuízos eleitorais.

O líder de um partido aliado ao presidente da Câmara afirma que ninguém foi consultado previamente e que não concorda com o prazo mais acelerado porque isso deve aumentar os custos das empresas de forma mais brusca. O escalonamento seria uma forma de diluir o impacto e atender aos anseios dos trabalhadores.



Folhapress

DESTAQUES DO DIA



Mercado eleva previsão da inflação para 5,04% este ano

Big techs criticam decretos de Lula sobre redes sociais e pedem revisão pelo STF

Flávio chega aos EUA sem confirmação de agenda com Trump

Fundos de pensão querem destravar regra para punição de gestores que está parada na Casa Civil



União Europeia vem ao Brasil auditar pescados e avaliar importação paralisada há 9 anos



NO MUNDO

Rússia anuncia ataque inédito e pede que estrangeiros deixem Kiev



A Rússia emitiu um alerta inédito nesta segunda-feira (25), dizendo que vai atacar centros de decisão e comando da Ucrânia. Pela primeira vez desde que invadiram o vizinho, em 2022, os russos pediram para que estrangeiros deixem Kiev. Moradores da capital também devem se afastar de prédios do governo.

O comunicado foi feito pelo Ministério das Relações Exteriores, que justificou a operação como uma retaliação pela morte de 21 estudantes em um dormitório na região ocupada de Lugansk, no leste ucraniano.

A ação, ocorrida na sexta (22), foi uma das mais mortíferas contra civis do lado russo no conflito, e gerou críticas do presidente Vladimir Putin. No domingo (24), ele lançou um pesado ataque aéreo contra a região de Kiev, que matou 4 e deixou 80 feridos.

O bombardeio envolveu 600 drones e 90 mísseis, inclusive modelos hipersônicos Kinjal e Tsirkon. Também foi empregado ao menos um supermíssil Orechnik, um modelo feito para guerras nucleares que só havia sido utilizado duas vezes na guerra, e nunca contra a região de Kiev.

O uso do Orechnik gerou protesto na Europa. O míssil balístico de alcance intermediário pode atingir alvos a até estimados 5.000 km. A arma foi desenhada para aniquilar capitais do continente, afinal, e Putin já

havia dado dois sinais antes.

Na semana retrasada, havia feito um teste com seu novo míssil intercontinental pesado, o Sarmat. Na passada, lançou de surpresa três dias de exercícios nucleares, os maiores do pós-Guerra Fria, algo que usualmente só ocorre em outubro.

Neles, foram testadas armas estratégicas, aquelas que visam destruir cidades e ganhar guerras, como mísseis lançados do solo Iars e o Sineva, modelo disparado de submarinos. Em conjunto com a vizinha Belarus, foi simulado o uso de mísseis balísticos Iskander-M, para emprego de ogivas nucleares táticas, de uso mais restrito ao campo de batalha.

Igor Gielow/Folhapress

Após Trump e Putin, Xi recebe premiê do Paquistão, mediador da guerra no Irã

Poucos dias após a visita do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e do presidente da Rússia, Vladimir Putin, o líder do regime chinês, Xi Jinping, também deu boas-vindas nesta segunda-feira (25) ao primeiro-ministro do Paquistão, Shehbaz Sharif, em um contexto em que o país islâmico ganha relevância ao se tornar o mediador improvável da Guerra no Irã.

A visita, que ocorre principalmente em comemoração do aniversário de 75 anos das relações entre os países, marca também um momento em que Pequim quer se posicionar como ponto focal da diplomacia global, a parada obrigatória para aqueles que estão no centro de disputas.

A narrativa começou com a chegada do americano, seguiu com a passagem do russo e, agora, se estende à recepção do líder do Paquistão, que é também aliado de Trump.

Momentos antes do

início das negociações, Xi afirmou que "apesar das instabilidades do mundo, a China sempre priorizou as relações com o Paquistão na vizinhança". Já Sharif defendeu o multilateralismo e exaltou a parceria entre os países.

A cúpula ocorreu também para debater o Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC, na sigla em inglês), um projeto de infraestrutura para escoamento de produtos chineses pelo porto de Gwadar que se tornou um componente-chave da estratégia chinesa Cinturão e Rota. O país islâmico busca melhores condições no programa, que é apontado por pesquisadores como uma virada na economia local.

A pauta é a principal, mas não diminui o peso da guerra no Irã como o pano de fundo do encontro entre Sharif e Xi. Há a expectativa de que os líderes tenham discutido o conflito e, principalmente, a reabertura do Estreito de Hormuz. Folhapress

Trump diz que acordo com Irã será excelente ou inexistente, e Teerã descarta assinatura imediata



O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta segunda-feira (25) que o acordo com o Irã será excelente e significativo ou não haverá acordo algum.

Washington e Teerã minimizaram as esperanças de um avanço iminente nas negociações para pôr fim à guerra. O secretário de Estado americano, Marco Rubio, afirmou também nesta segunda que os EUA chegarão a um bom acordo com o Irã ou lidarão com o país "de outra forma".

Os EUA darão à diplomacia todas as chances de sucesso antes de explorar as "alternativas", disse Rubio.

Há "algo bastante sólido em jogo no que diz respeito à capacidade deles de abrir o estreito, conseguir que o estreito seja aberto, entrar em uma negociação muito real, significativa e com prazo determinado sobre a questão nuclear, e esperamos conseguir isso", declarou.

O regime persa também alertou nesta segunda que, embora tenham havido avanços nas negociações, ambos os lados ainda não estão perto de chegar a um acordo para o fim do conflito.

A guerra, desencadeada pelos ataques dos EUA e de Israel contra a República Islâmica em 28 de fevereiro, levou praticamente ao fechamento do estreito de

Hormuz e a bombardeios do Irã contra outros países da região, bem como ao aumento dos preços da energia.

Os preços do petróleo caíram cerca de 5% nesta segunda, em meio a um surto de otimismo sobre um acordo, depois que Rubio sugeriu que poderia haver um pacto iminente. O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano, porém, respondeu que isso "é algo que ninguém pode sustentar".

Enquanto isso, o primeiro-ministro paquistanês, Shehbaz Sharif, cujo governo está liderando as negociações, se reuniu com o líder da China, Xi Jinping, em Pequim. Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

● JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

● Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

● EDITORIAL: Daniela Camargo
● COMERCIAL: Tiago Albuquerque
● Serviço Informativo: FolhaPress,
Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-
Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Mercado eleva previsão da inflação para 5,04% este ano



A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 4,92% para 5,04% este ano. A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira (25), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Com a guerra no Oriente Médio pressionando o preço dos combustíveis e a inflação, a previsão para o IPCA deste ano foi elevada pela décima primeira semana seguida, estourando o intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional

(CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em abril, o preço dos alimentos pressionou a inflação oficial, que fechou em 0,67%. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,39%, de acordo com o IBGE, ainda dentro do teto da meta de inflação.

Para 2027, a projeção da inflação variou de 4% para 4,01%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,65% e 3,5%, respectivamente.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 14,5% ao ano pelo Copomdo BC. Na última reunião, em abril, por unanimidade, o cole-

giado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, pela segunda vez seguida, apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom voltou a cortar os juros na reunião passada, num cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos preços de combustíveis e de alimentos, dificulta o trabalho do Copom.

Em ata, o colegiado não deu pistas sobre a evolução dos juros. No documento o BC informou que está monitorando o conflito e os efeitos de um possível prolongamento sobre a inflação.

Andreia Verdélio/ABR

BC nega ter firmado prazo com BRB para solução do rombo e de liquidez

O presidente do BC, Gabriel Galpólo, afirmou nesta segunda-feira (25) que a autarquia não fez nenhum acordo com o BRB (Banco Regional de Brasília) sobre prazos para que a instituição financeira apresente seu balanço ou resolva o problema de liquidez.

"O Banco Central não acordou nenhum tipo de prazo com nenhuma instituição. A gente analisa todas elas pelos métodos de supervisão e fiscalização para entender como estão cumprindo com as suas obrigações. E, no caso de algum descumprimento, como ela está tomando as medidas para resolver o problema", disse Galpólo.

A declaração do presidente do BC foi dada na mesma semana em que o BRB pretende apresentar seu balanço financeiro - previsto para ser enviado até a próxima sexta-feira (29).

No documento, o BRB deve apresentar, além dos números atuais do banco, possíveis soluções para

capitalizar a instituição financeira ligada ao governo do Distrito Federal.

O BRB enfrenta uma crise de liquidez e de patrimônio após o rombo causado pela compra de ativos podres do Banco Master. A estimativa é de que o prejuízo causado ao Banco de Brasília por conta das transações com o grupo de Daniel Vercaro seja de até R\$ 8,8 bilhões.

Entre as medidas estudadas pelo BRB, estão a negociação de dívidas ativas do governo do DF para o mercado financeiro, numa espécie de venda de "ágios".

"Nos casos que se fazem necessários e que a lei impõe a aplicação de multas, as multas vêm sendo aplicadas. Não tem nenhum tipo de waiver [renúncia] concedido a uma instituição", declarou o presidente do BC.

As declarações de Gabriel Galpólo foram dadas durante coletiva de imprensa sobre o Relatório de Estabilidade Financeira, divulgado nesta segunda-feira (25) pelo Banco Central.

CNN

Fundos de pensão querem destravar regra para punição de gestores que está parada na Casa Civil



Fundos de pensão e o órgão fiscalizador do segmento, a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), querem destravar um decreto que cria novas regras de fiscalização e punição de gestores de entidades de previdência privada por irregularidades.

Parado desde outubro do ano passado na Casa Civil, o decreto atualiza norma editada em 2003, quando a Previc ainda não existia.

O texto aumenta para R\$ 4,3 milhões o valor máximo das multas (hoje em R\$ 105 mil) e permite que gestores de fundos firmem termos de ajustamento de conduta com a autoridade fiscalizadora. Também prevê a individualização das condutas e dosa as punições conforme gravidade da infração em

caso de irregularidades.

Além disso, a minuta parada na Presidência prevê a possibilidade de afastamento da diretoria de um fundo, ponto que é considerado importante pelo presidente da Previc, Ricardo Pena. "[Se] você está vendo um risco iminente de devastação, de déficit, de falta de governança, ou até de desvio, precisa ter um instrumento para atuar", diz.

Pena afirma que a desatualização do decreto dificulta a atuação da Previc em alguns casos de alto perfil. Ele cita como exemplo o caso dos bônus de R\$ 9,3 milhões pagos a gestores da Petros, o fundo de pensão patrocinado pela Petrobras, enquanto o fundo em si registrava déficit e os participantes eram obrigados a pagar

contribuições extraordinárias na ocasião, a Petros afirmou que o programa de remuneração variável de executivos é prática comum no mercado e que alguns planos renderam abaixo da meta em razão da conjuntura econômica.

"Nós fiscalizamos e encontramos irregularidade, [mas] não conseguimos capturar por conta da estrutura do atual decreto", diz Pena. "Ele é muito anacrônico."

A atualização do decreto foi enviada pela primeira vez ao Planalto em agosto de 2024 e estava pronta para publicação, mas teve seu andamento interrompido em março de 2025 quando houve anúncio de déficit na Previ, maior plano previdenciário do país, patrocinado pelo Banco do Brasil.

Folhapress

POLÍTICA

Big techs criticam decretos de Lula sobre redes sociais e pedem revisão pelo STF



A Câmara Brasileira de Economia Digital (camara-e.net), que tem entre seus associados Meta, OpenAI, Google, Kwai e TikTok, assinou uma carta aberta contra os decretos editados pelo presidente Lula na quarta (20) para regulamentar o Marco Civil da Internet. A associação elaborou o documento, que será divulgado nesta segunda-feira (25), junto com a Associação Latino-Americana de Internet (ALAI) e o Conselho Digital do Brasil.

Os decretos regulamentam a decisão do STF de 2025 que ampliou a responsabilidade das plataformas por conteúdo de terceiros. Um deles atribui à ANPD (Agência Nacional de Proteção de Dados) o poder de fiscalizar se as empresas estão cumprindo as novas

obrigações e de aplicar punições, como multa de até 10% do faturamento, suspensão e proibição de atividade. O outro cria regras específicas para coibir a violência digital contra mulheres. As normas entram em vigor em 60 dias.

No documento obtido pela reportagem, as entidades afirmam que os decretos "convertem em obrigações concretas trechos de uma decisão judicial proferida sem unanimidade e ainda sujeita a recursos." Dizem também que a medida amplia a insegurança jurídica e enfraquece a "previsibilidade regulatória de que o ambiente digital depende".

O ministro do STF Dias Toffoli, que é relator de uma das ações do julgamento que embasou os decretos, chegou a marcar para o dia 29 de maio, em plenário vir-

tual, o início da análise dos recursos. Dois dias depois, porém, o ministro retirou o caso da pauta virtual e pediu que eles fossem incluídos na pauta do plenário físico, medida que depende do presidente da corte, Edson Fachin.

As entidades pedem que esse exame "abra espaço para o devido aprimoramento da decisão, conferindo maior clareza a seus fundamentos, à sua extensão e aos seus efeitos práticos". A carta lista ainda o que chama de riscos concretos: "retirada excessiva de conteúdo, encarecimento da conformidade, vulnerabilidade dos pequenos provedores e imposição uniforme de obrigações a empresas de portes, estruturas e modelos de negócio profundamente distintos".

Folhapress

Flávio chega aos EUA sem confirmação de agenda com Trump



O senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) desembarcou nesta segunda-feira (25) em Washington em busca de uma agenda com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O encontro, no entanto, ainda não foi confirmado pela Casa Branca.

Segundo interlocutores, a reunião, prevista para terça-feira (26), teria sido articulada a partir de um convite do governo americano.

No site do Senado, não há ofícios de Flávio solicitando licença nos dias de ausência do país. Em outras ocasiões, antes de realizar viagens ao exterior, o senador pediu licença à Casa e informou

Lula amplia vantagem no 2º turno contra Flávio Bolsonaro e venceria por 47% a 43%, aponta pesquisa BTG/Nexus

O presidente Lula (PT) ampliou a vantagem em relação ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em eventual segundo turno e marca 47% ante 43% das intenções de voto do opositor, aponta nova pesquisa da Nexus, encomendada pelo banco BTG Pactual.

O efeito eleitoral dos áudios em que o pré-candidato bolsonarista pede dinheiro a Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, para finalizar as gravações de um filme sobre a trajetória do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) também foi capturado nas pesquisas Datafolha e Atlas/Bloomberg divulgadas neste mês.

O levantamento BTG/Nexus ouviu 2.045 eleitores entre os dias 22 e 24 de maio. A margem de erro é de dois pontos percentuais, e o índice de confiança, 95%. A pesquisa BTG/Nexus está registrada no TSE sob o número BR-04193/2026.

A pesquisa mostra Lula

quatro pontos à frente na simulação de segundo turno contra Flávio por estar no limite da margem de erro, o empate técnico nesse caso considerado improvável.

Nesse cenário, o petista e o senador estavam empatados em março, ambos com 46%. Em abril, Lula abriu vantagem numérica, com 46% contra 45% do senador, e ampliou a distância em maio, chegando a 47%, enquanto Flávio recuou para 43%. Brancos, nulos e nenhum candidato oscilaram de 7% para 9% no período.

Na simulação com Zema, o presidente ampliou a vantagem ao longo da série histórica. Lula tinha 46% em março, caiu para 45% em abril e avançou para 49% em maio. Zema foi de 40% para 41% e depois recuou para 38%. Brancos, nulos e nenhum candidato variaram entre 11% e 12%, enquanto 2% não souberam responder nas três pesquisas. Folhapress



a agenda a ser cumprida. Desta vez, ele apenas comunicou que estaria no exterior entre os dias 24 e 28 de maio, sem detalhar seus compromissos.

A viagem ocorre no momento mais delicado da pré-campanha de Flávio, após a divulgação, pelo Intercept Brasil, de áudios nos quais ele pede ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master, dinheiro para o filme "Dark Horse", produção sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Embora interlocutores do senador minimizem os impactos da crise, a primeira pesquisa Datafolha divulgada após o episódio aponta piora no cenário eleitoral para o parlamentar.

Lula ampliou de três para nove pontos percentuais a vantagem sobre Flávio em uma simulação de primeiro turno: agora aparece com 40% das intenções de voto, ante 31% do senador.

Na rodada anterior, os dois estavam em empate técnico dentro da margem de erro de dois pontos percentuais, com 38% para o petista e 35% para Flávio. No segundo turno, o empate em 45% deu lugar a uma vantagem de 47% a 43% para Lula.

Segundo pessoas próximas ao senador, Flávio deve estar acompanhado em Washington do irmão Eduardo Bolsonaro e do empresário Paulo Figueiredo.

Folhapress



AGRONEGÓCIO

União Europeia vem ao Brasil auditar pescados e avaliar importação paralisada há 9 anos



O governo brasileiro se mobiliza para receber uma nova auditoria da União Europeia que pode levar à reabertura do mercado europeu para o pescado brasileiro, fechado há quase dez anos.

A auditoria ocorrerá entre os dias 8 e 19 de junho e vai incluir inspeções presenciais em embarcações de pesca industrial no Rio Grande do Norte e em Santa Catarina. O objetivo dos europeus é avaliar se o Brasil conseguiu corrigir problemas históricos de controle sanitário, rastreabilidade e fiscalização da cadeia pesqueira, pontos que levaram ao embargo do pescado brasileiro pelo bloco em 2017.

O Ministério da Pesca e

Aquicultura, recriado pelo governo Lula em 2023, trata a visita como algo de "extrema relevância" para a reabertura do mercado europeu.

Os auditores querem verificar diretamente as condições de higiene, armazenamento, manipulação do pescado, controle da produção e rastreabilidade da pesca. Serão analisados ainda os processos de fiscalização oficial brasileira e o sistema de inspeção sanitária a produtos exportados.

O presidente da Abipesc (Associação Brasileira das Indústrias de Pescados), Eduardo Lobo, diz que o setor aguardava há anos essa auditoria, para que o bloqueio europeu caia.

"Nossa expectativa com essa missão é muito boa.

Estamos animados para demonstrar a capacidade do setor e reabrir esse mercado no segundo semestre deste ano", disse à Folha. "Estamos hoje cerceados de participar do segundo maior mercado do mundo de pescados. O primeiro mercado hoje são os Estados Unidos, em volume. A Ásia é o primeiro, no critério financeiro", comentou.

A auditoria vai analisar a estrutura de cultivo e processamento de camarão, atum, lagosta e tilápia.

Segundo Lobo, a missão não tem relação com o acordo UE-Mercosul, por ser uma agenda que se esperava há muito tempo e que já estava confirmada que ocorreria desde o fim do ano passado, mas sem uma data.

Folhapress

China compra 25% mais carne bovina em 4 meses

O apetite chinês por carne bovina cresceu em 2026, com um empurrão dado pelas medidas de salvaguarda implantadas a partir de janeiro de 2026 e a corrida dos exportadores em preencher as cotas sem a taxas de 55%.

Entre janeiro e abril deste ano, o país asiático comprou 1,1 milhão de toneladas de carne bovina, de todos os fornecedores. Alta de 25,75% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Mais da metade saíram do Brasil. De janeiro a abril o país enviou 612,87 mil toneladas de carne à China. Salto de 53,62% na comparação com o primeiro quadrimestre de 2025.

Do lado dos concorrentes o cenário é de perda de espaço.

A Argentina, segunda maior fornecedora à China, detém 13% do mercado e recuou 1% no acumulado

do ano.

A Nova Zelândia perdeu 2,21% de participação no mesmo intervalo.

O ponto que merece atenção é o preenchimento total das cotas fixadas pelo regime de salvaguarda chinês:

A Austrália já enviou 144,42 mil toneladas; 70,45% de sua cota de 205 mil toneladas.

O Brasil aparece logo atrás com 55,41% da cota, de 1,1 milhão de toneladas, preenchida.

E a Argentina, mesmo com o recuo na comparação anual, já usou 34,58% da sua cota de 511 mil toneladas.

As projeções apontam que o Brasil atingirá a cota em meados de julho, somando as cargas em trânsito e o tempo que demoram para chegar a China, em torno de 45 dias. Apesar dos pedidos de usar cotas não preenchidas de outros países, dificilmente essa medida será acatada pelo governo chinês.

CNN



Moagem de trigo supera 13 milhões de toneladas no Brasil



O aumento do consumo de produtos à base de trigo no Brasil elevou a demanda pelo cereal e fez a moagem nacional ultrapassar 13 milhões de toneladas pelo segundo ano consecutivo. Segundo pesquisa da Abitrigo (Associação Brasileira da Indústria do Trigo), 140 moinhos do país, de 105 companhias, processaram 13,27 milhões de toneladas do cereal no ano passado, o que representou um aumento de 0,6% em relação a 2024.

De acordo com a entidade, o crescimento da moagem acompanha a mudança no perfil de consumo dos brasileiros, com maior

procura por derivados do trigo, como massas, biscoitos, pães congelados e pré-misturas. "A gente vê que o brasileiro está consumindo mais produtos derivados de trigo. O setor está crescendo acima da população", afirmou o presidente da Abitrigo, Daniel Kummel.

A maior parte da farinha de trigo que os moinhos processaram no país teve como destino a panificação e as pré-misturas (30%). Na sequência, apareceram indústria de massas, que cresceram 3 pontos percentuais na representatividade, para 18%.

A indústria de biscoitos ficou com 12% da farinha processada, seguida pelo

varejo, com embalagens de 1 quilo de farinha, ficaram com 10%. Enquanto isso, os pães industriais receberam 9% das farinhas processadas, dividindo o ranking com embalagens de 5 quilos. Na sequência, o resto do cereal vai para pães congelados, farinhas integrais e outros alimentos.

Em números absolutos, o Paraná segue como a região brasileira com a maior maior moagem anual (3,5 milhões de toneladas), ligada ao fato histórico de o estado ser forte produtor de trigo. O Paraná tem capacidade instalada para processar 4,4 milhões de toneladas.

CNN

PUBLICIDADE LEGAL

Playkids Internet Móvel S.A.

CNPJ/MF nº 23.909.174/0001-77 – NIRE 35.300.487.273

Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 12 de maio de 2026
Data, Hora e Local: Em 12/05/2026, às 14 horas, na sede da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Guilherme Henrique de Campi Martins; e Secretário: Leonardo Ribeiro de Paula. **Deliberações tomadas por unanimidade:** (i) aprovar a celebração de contrato de empréstimo *intercompany* a ser firmado com Aspen Newco 1, de até USD 500.000,00, incluindo juros à taxa de 4,25% acima da SONIA (*Sterling Overnight Index Average*); (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à formalização da deliberação ora aprovada. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Campinas, 12/05/2026. **Mesa:** Guilherme Henrique de Campi Martins – Presidente; Leonardo Ribeiro de Paula – Secretário. JUCESP – Registrado sob o nº 218.588/26-4 em 21/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

CSD Central de Serviços de Registro e Depósito aos Mercados Financeiro e de Capitais S.A.

CNPJ/MF nº 30.498.377/0001-83 – NIRE 35.300.519.973

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2026
Data, Hora e Local: 17/03/2026, às 17h00, por meio eletrônico. **Convocação:** Convocação enviada com antecedência de 5 dias. **Mesa:** Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Presidente e Daniel Corrêa de Miranda, Secretário. **Deliberações e Discussões:** Restaram aprovadas, pela maioria dos membros do Conselho: (i) o Regulamento da Plataforma CSD BR; (ii) o Glossário da Plataforma CSD BR; (iii) o Manual de Produtos – Ativos; (iv) o Manual de Operações de Ativos Financeiros – Módulo de Registro de Ativos; Os votos proferidos eletronicamente, bem como os documentos aprovados, ficam arquivados na sede da Companhia. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 17/03/2026. Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio; Edivar Vilela de Queiroz Filho; Daniel Mendonça Pareto; Luis Otavio Saliba Furtado; Marco Racy Kheirallah; Vivian Yu Wai Yui; Norberto Lanzara Giangrande Júnior; Camila Costa Rossetti; Ricardo Siciliano; Daniel Corrêa de Miranda – Secretário. JUCESP – Registro nº 179.499/26-9 em 23/04/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Sleever International Ltda.

CNPJ/MF nº 01.931.323/0001-61 NIRE 35.214.565.466

Retificação - Edital de Convocação - Reunião de Sócios

Comunicamos que a publicação do **Edital de Convocação - Reunião de Sócios de 21/05/2026** nos jornais Data Mercantil e DOESP no dia 22/05/2026, teve o seguinte conteúdo retificado: No trecho onde descreve a data que será realizada a reunião de sócios: **• Onde se lê:** "às 10hs do dia 27/05/2026 ocorrerá a 1ª convocação e às 10h30 a 2ª convocação, que ocorrerá na sede da Sleever International Ltda., na R. Toufic El Khouri Saad, 181, Bonsucesso, Guarulhos/SP, CEP 07.251-400"; **• Leia-se:** "às 10hs do dia 04/06/2026 ocorrerá a 1ª convocação e às 10h30 a 2ª convocação, que ocorrerá na sede da Sleever International Ltda., na R. Toufic El Khouri Saad, 181, Bonsucesso, Guarulhos/SP, CEP 07.251-400".

Instituto Stock

CNPJ/MF nº 41.939.485/0001-60

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Instituto Stock, pessoa jurídica de direito privado, sob a forma de associação civil, regida por seu Estatuto Social e pelas demais disposições legais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 41.939.485/0001-60 (a "Associação"), através de sua Diretora Presidente, Gabriela Cunha Veiga, nos termos dos Artigos 28 e 31 do Estatuto Social da Associação, convoca os associados da Associação para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 03 de junho de 2026, às 09h00, em primeira chamada e às 10h00, se o caso, em segunda chamada, na sede social da Associação, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, nº 939, 7º andar, sala 5, Edifício Jacarandá, Torre 1, Tamboré, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06460-040, para deliberar acerca (i) consignação das renúncias apresentadas pela Diretora Presidente e pela Diretora Vice-Presidente; (ii) da eleição e posse das novas ocupantes aos cargos vagos de Diretora Presidente e Diretora Vice-Presidente, para cumprimento do mandato atualmente vigente; (iii) substituição de membros do Conselho Fiscal; e (iv) eleição e posse de novos membros do Conselho Fiscal, para cumprimento do mandato atualmente vigente. Barueri, 22 de maio de 2026. **Gabriela Cunha Veiga** – Diretora Presidente. (22, 23 e 26/05/2026)

Ezze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 – NIRE 35.300.548.141

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31/03/2026

Data, Hora e Local: Em 31/03/2026, às 14hs, na sede social da Sociedade. **Convocação e Presença:** Por meio de edital de convocação publicado. Acionistas representando a maioria absoluta do capital social. **Mesa:** Presidência pelo Sr. **Richard Emílio Soares Vinhosa**, e secretariada pela Sra. **Márcia Tiemi Takakura**. **Deliberações aprovadas:** Em AGO: (a) As contas dos administradores, os relatórios da diretoria, o Balanço Geral, as Demonstrações Financeiras e os demais documentos referentes ao exercício encerrado em 31/12/2025; (b) No exercício de 2025 a Companhia apresentou um lucro líquido de **R\$40.248.462,90**, do qual, R.\$2.012.423,15 foi destinado à constituição de reserva legal, R.\$38.236.039,75 foi destinado à capitalização de lucros na forma do Art. 169, §1º da Lei 6.404/76, junto com R\$21.763.960,25 que compõe a reserva de lucros de exercícios anteriores, totalizando uma capitalização de R\$60.000.000,00, sem modificação do (c) reeleição dos seguintes membros da diretoria, os quais possuem mandato vencendo em 30/04/2026 e passam a ser empossados para novo mandato com término em 30/04/2027, portanto sendo investido em mandato de 01 ano, a saber: (i) **Presidente: Richard Emílio Soares Vinhosa**, brasileiro, administrador; (ii) **Vice Presidente de Marketing: Ivo Jucá Machado**, brasileiro, empresário; (iii) **Vice-Presidente Administrativo e Financeiro: Bruno Cals de Oliveira**, brasileiro, administrador; (iv) **Vice-Presidente Comercial: Edgardo Gabriel Bugallo**, argentino; (v) **Vice-Presidente Jurídica: Márcia Tiemi Takakura**, brasileira, advogada; (vi) **Vice-Presidente Sem Designação Específica: Diego Quintas Paes de Azevedo**, brasileiro, administrador; (v) **Diretor Sem Designação Específica: Flávio de Moura Bisaggio**, brasileiro, administrador de empresas; todos com endereço comercial em São Paulo/SP, os quais são devidamente empossados conforme termo de posse; (d) Os acionistas deliberaram, por força da eleição supra, ratificar a designação de **função SUSEP com a distribuição das funções específicas para os Diretores da Companhia da seguinte forma**, em cumprimento à regulamentação: (1) O Sr. **Bruno Cals de Oliveira**, Vice-Presidente Administrativo e Financeiro, como responsável (i) pelas relações com a SUSEP, nos termos da circular SUSEP nº 700 de 04/04/2024; e (ii) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de auditoria contábil independente previstos na regulamentação em vigor, nos termos do art. 3º, §3º da Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021; (2) O Sr. **Edgardo Gabriel Bugallo**, Vice-Presidente Comercial, como responsável técnico, nos termos do Art. 3º, inciso II da Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021, e do artigo 1º, inciso II, da Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; (3) O Sr. **Flávio de Moura Bisaggio**, Diretor Sem Designação Específica como (i) responsável pelo Sistema de Registro de Operações, nos termos do artigo 13, da Resolução CNSP nº 383, de 20/03/2020; (ii) pelo registro de apólices e cosseguros aceitos; (iii) pelo administrativo-financeiro, conforme previsto no artigo 1º, inciso III, da Circular SUSEP nº 234, de 28/08/2003; e (iv) pela contabilidade, na forma do Art. 3º, inciso III da Resolução CNSP nº 432, de 12/11/2021; (4) A Sra. **Márcia Tiemi Takakura**, Vice-Presidente Jurídica, como responsável: (i) pelo cumprimento da manutenção de registros e comunicações de operações financeiras, nos termos do disposto no Art. 9, 10 e 11 da Lei nº 9.613, de 03/03/1998 (alterada pela Lei nº 12.683, de 09/07/2012), e em cumprimento ao Art. 12 da Circular SUSEP nº 612, de 18/08/2020, e nas demais regulamentações complementares aplicáveis; (ii) pelos controles internos, nos termos do Art. 9º da Resolução CNSP nº 416, de 20/07/2021; (5) O Sr. **Diego Quintas Paes de Azevedo**, Vice-Presidente Sem Designação Específica, como responsável pela (i) Política Institucional de Conduta, nos termos do artigo 12, da Resolução CNSP nº 382, de 04/03/2020; e (ii) contratação e supervisão de representantes de seguros e pelos serviços por eles prestados, nos termos da resolução CNSP nº 431, de 12/11/2021" (e) Fixada a remuneração global da Diretoria no exercício de 2026 no valor de **R\$18.511.176,00** em AGE: (a) Em decorrência da capitalização aprovada em AGO, o capital social que era de R.\$120.561.677,00, passou para R\$180.561.677,00, sem modificação da quantidade de ações, e, por esta razão, altera-se o Artigo 4º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 4º - O capital Social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 180.561.677,00, representado por 31.432.545 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e 24.667.455 Ações Preferenciais, nominativas e sem valor nominal". **Dissidências:** Não houve dissidências, protestos ou declarações de votos dos acionistas. Nada mais. JUCESP nº 212.161/26-0 em 08/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

AP Metais Holding S.A.

(Em constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

Data, Hora e Local: Em 24/02/2026, às 9hs, na sede social. **Convocação e Presenças:** Presentes os fundadores e subscritores, representantes da totalidade do capital inicial da Companhia. **Mesa:** Aron Azenha – Presidente; e Danilo Andrade Pedroso – Secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) aprovar a constituição da sociedade por ações denominada **AP Metais Holding S.A.**, que terá sede na cidade de São Paulo/SP, à Av. Presidente Altino, nº 548, Sala A, Bairro Jaguaré, CEP: 05323-001, com capital social subscrito no valor de R\$100,00, dividido em 100 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo: (a) **R\$50,00** pela acionista **Wet Bath Comércio de Louças e Metais Ltda.**; e (b) **R\$50,00** pela acionista **Casa Pedrosa Materiais para Construção Ltda.**, conforme boletim de subscrição. (ii) aprovar a integralização parcial do capital social, no valor de R\$10,00, sendo: (a) **R\$5,00** pela acionista **Wet Bath Comércio de Louças e Metais Ltda.**, em moeda corrente nacional; e (b) **R\$5,00** pela acionista **Casa Pedrosa Materiais para Construção Ltda.** O valor subscrito e não integralizado nessa data, no total de **R\$90,00**, será integralizado em até 30 dias, contados da presente data, em moeda corrente nacional. (iii) aprovar a redação do Estatuto Social da Companhia ora constituída, que segue anexado ao presente instrumento; e (iv) eleger e empossar os seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia, os quais terão mandato pelo prazo de 03 anos, permitida a reeleição: Sr. **Aron Azenha**, brasileiro, comerciante, para o cargo de **Diretor B2C, Marketing e Operações**; e o Sr. **Daniilo Andrade Pedroso**, brasileiro, administrador, para o cargo de **Diretor B2B**. Os membros da Diretoria, ora eleitos e empossados, declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. JUCESP/NIRE 35300689585 em 18/03/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - A Companhia adotará a denominação social de **AP Metais Holding S.A.** e se regerá por este estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sede social e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Presidente Altino, nº 548, Sala A, Bairro Jaguaré, CEP: 05323-001. **§1º** - A Companhia poderá abrir e extinguir filiais, escritórios, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, atuando como *holding*. **Artigo 4º** - A Companhia vigorará por tempo indeterminado. **Capítulo II. Capital Social. Artigo 5º** - O capital social subscrito é de R\$100,00, dividido em 100 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, parcialmente integralizado, em moeda corrente nacional, no valor de R\$10,00. **§1º** - O capital social subscrito e não integralizado, no valor de R\$90,00 será realizado em até 30 dias, contados da presente data, em moeda corrente nacional. **§2º** - Cada ação ordinária dará ao seu titular o direito de um voto nas deliberações de Assembleias Gerais. **Artigo 6º** - A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". **Artigo 7º** - No caso de qualquer aumento do capital social mediante subscrição de novas ações, os acionistas terão direito de preferência para subscrever novas ações de acordo com a Lei 6.404/1976 ("Lei das Sociedades por Ações"). **§1º** - A Companhia poderá adquirir as suas próprias ações para permanência em tesouraria para subsequente cancelamento ou venda, desde que observadas exigências aplicáveis determinadas pelo artigo 30 da Lei das Sociedades por Ações e outros regulamentos aplicáveis, bem como por este Estatuto. **§2º** - A ação é indivisível em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais e uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Capítulo III. Assembleias Gerais. Artigo 8º** - As Assembleias Gerais poderão ser Ordinárias e/ou Extraordinárias, onde os acionistas reunir-se-ão ordinariamente, dentro dos primeiros quatro meses após o término do exercício social, e extraordinariamente, sempre que convocada, na forma da lei sendo que, para qualquer quórum não especificado no presente estatuto, será utilizado o que determina a legislação vigente. **§1º** - O quórum estabelecido para a instalação das Assembleias Gerais, será a metade mais um dos acionistas com direito a voto, em primeira convocação e com qualquer quórum em segunda convocação, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 9º** - Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, escolhidos pelos acionistas presentes. **Artigo 10º** - As deliberações tomadas em Assembleia Geral de acionistas serão lavradas sob a forma de ata sumária, que vinculará todos os acionistas, presentes ou ausentes, para todos os efeitos de direito, obrigando o diretor da Companhia, que deverá seguir estritamente as deliberações tomadas em Assembleia Geral de acionistas. **§1º** - Todas as decisões das Assembleias Gerais de acionistas serão aprovadas por pelo menos, metade mais um dos acionistas com direito a voto, ressalvado que a aprovação de qualquer uma das seguintes matérias dependerá do voto afirmativo de acionistas que representem, pelo menos, 2/3 (dois terços) do capital social votante da Companhia: a) Reformar o estatuto social; b) Suspender o exercício dos direitos do acionista; c) Autorizar a emissão de partes beneficiárias; d) Autorizar a diretoria a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial; e e) Autorizar a emissão de debêntures, conversíveis ou não em ações da Companhia, deliberando sobre a emissão, o modo de subscrição ou colocação, tipo de debêntures, prazo, condições de vencimento, sua remuneração, condições de pagamentos dos juros, amortização ou resgate das debêntures, bem como toda e qualquer outra condição necessária a emissão das debêntures, aqui não especificada. **Capítulo IV. Administração. Artigo 11º** - A Companhia será administrada por uma diretoria, com os poderes conferidos pela lei aplicável e por este Estatuto Social. **Capítulo V. Diretoria. Artigo 12º** - A Diretoria será composta por 02 Diretores, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 03 anos, permitida a reeleição. **§1º** - Os Diretores permanecerão no exercício de seus respectivos cargos até a eleição e posse de seus sucessores. **§2º** - Na ausência ou impedimento permanente de qualquer dos Diretores, seu substituto será nomeado em Assembleia Geral, a ser realizada no prazo máximo de 30 dias após o evento que der causa a tal vacância, com o objetivo de eleger o novo Diretor, que completará o prazo do mandato em curso. **Artigo 13º** - Os Diretores da Companhia receberão, a título de remuneração, os valores definidos em deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 14º** - Observadas as delimitações contidas neste Estatuto Social, compete ao Diretor a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto Social, exigida a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. **Artigo 15º** - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros será realizada pelos diretores em conjunto. **§1º** - A Companhia poderá ser também representada por procuradores agindo em conjunto ou isoladamente. Os instrumentos de mandato deverão ser assinados pelos Diretores, em conjunto, que especificarão os poderes concedidos e seus prazos de validade, salvo as procurações *ad judicium*. **Artigo 16º** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, exceto se previamente aprovados pela Assembleia Geral, nos termos do presente Estatuto Social. **Artigo 17º** - Aos Diretores compete, além das funções inerentes ao cargo, convocar e presidir as reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria, cabendo-lhes, em conjunto, o voto de qualidade em todos os casos de empate. **Artigo 18º** - Os atos da Diretoria deverão sempre observar as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **Capítulo VI. Do Conselho Fiscal. Artigo 19º** - O Conselho Fiscal é órgão não permanente que será eleito pela Assembleia Geral nos casos e pela forma determinada pela lei, permitida a reeleição. **§1º** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 membros efetivos e suplentes em igual número, acionistas ou não, residentes no País. **§2º** - O Conselho Fiscal terá competência prevista em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros, que perceberão a remuneração fixada pela Assembleia Geral que, eleger, observado o mínimo legal. **§3º** - Os membros suplentes substituirão os efetivos na ordem das respectivas designações. **Capítulo VII. O Exercício Social. Artigo 20º** - O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. No fim de cada exercício serão elaboradas as demonstrações financeiras da companhia de conformidade com a legislação vigente. Poderão ser levantados balanços periódicos e distribuídos dividendos no prazo da forma da lei. **Artigo 21º** - Dos lucros líquidos apurados em cada exercício, após efetuadas as demais amortizações necessárias serão deduzidos: a) 5% para a constituição da Reserva Legal até atingir 20% do capital social; e b) o saldo, se houver, terá a destinação que a Assembleia Geral lhe destinar. **§1º** - A constituição da reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o §do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social. **Artigo 22º** - Objetivando compensar eventual diminuição do lucro, em consequência de perda provável em período futuro, a Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, constituir reserva nos termos do artigo 195 e parágrafos da Lei das Sociedades por Ações, assim como a reserva de que trata o artigo 197 da citada lei. **Artigo 23º** - Inexistindo oposição de qualquer acionista presente à assembleia geral, pode esta deliberar a distribuição de dividendos inferior ao previsto neste artigo, bem como a retenção de todo o lucro, conforme estabelece a Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 24º** - A Assembleia Geral decidirá sobre o destino do saldo dos lucros remanescentes, os quais poderão ser total ou parcialmente distribuídos como dividendos suplementares aos acionistas, atribuídos a fundo especial de reserva para futuro aumento de capital, ou deixados em contas de lucros suspensos. A constituição da reserva mencionada não poderá ultrapassar em cada ano a 25% do lucro líquido e terá por limite o montante do capital social. **Artigo 25º** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da sociedade. **Artigo 26º** - A Diretoria providenciará o levantamento de balanços trimestrais ou em outra periodicidade indicada pelos acionistas, dos quais dará conhecimento aos acionistas na forma prevista em lei. De conformidade com o resultado do balanço trimestral, a Diretoria poderá, distribuir aos acionistas, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, observadas as disposições do artigo 204 e seus parágrafos, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 27º** - A Diretoria poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou trimestral, de acordo com o artigo 204, §2º da Lei das Sociedades por Ações. **Capítulo VIII. Das Disposições Gerais. Artigo 28º** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da maioria do capital social em Assembleia Geral, competindo-lhe, também, eleger o liquidante, modo e prazo da liquidação. **Artigo 29º** - A Companhia poderá se transformar seu tipo societário pelo voto da totalidade dos acionistas do capital social, na forma da lei. **Artigo 30º** - Para todas as questões oriundas deste Estatuto, fica desde já eleito o foro central da capital do Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. **Artigo 31º** - Nos casos omissos neste Estatuto, aplicam-se as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

E.K. Infra Social Participações S.A.

CNPJ nº 58.420.468/0001-15 - NIRE 35.300.653.076

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27/04/2026

Data, Hora e Local: Em 27/04/2026, às 16hs, na sede. **Convocação e presença:** Dispensada, em razão da presença das acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Marcelo Castro dos Santos; Secretária, Sra. Maria Cecília Gonçalves de Vasconcelos. **Deliberações aprovadas:** (i) **Aprovada** as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, publicados no jornal Data Mercantil. (ii) declarar que o lucro apurado pela Companhia no exercício social encerrado em 31/12/2025, equivalente ao valor total de **R\$ 24.315.493,69**, terá a seguinte destinação: (a) **R\$ 765.343,40** serão destinados à conta de reserva legal da Companhia; (b) **R\$ 23.550.150,29** serão destinados à conta de reservas de lucros da Companhia; (iii) **Aprovada** que a administração da Companhia não realizará distribuição de dividendos relativos ao exercício social encerrado em 2025 em virtude da preservação da estrutura de garantias e do cumprimento integral das obrigações financeiras assumidas no *Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia e Outras Avenças*. (iv) **Aprovada** que a administração da Companhia pratique todos e quaisquer atos e celebre todos e quaisquer documentos necessários e/ou convenientes à execução das matérias deliberadas. Nada mais. São Paulo, 27/04/2026. JUCESP nº 214.721/26-7 em 13/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,0066 / R\$ 5,0072 **

Câmbio livre mercado - R\$ 5,0175 / R\$ 5,0195 *

Turismo - R\$ 5,0319 / R\$ 5,2119

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: -0,17%

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,91%

Pontos: 177.815

Volume financeiro: R\$ 14.592 bilhões

Maiores altas: Sendas

Distribuidora SA

(8,06%), C&A Modas SA

(6,70%), Cyrela Brasil

Realty SA (6,68%)

Maiores baixas: Prio

SA (-5,98%), Telefonica

Brasil SA (-3,65%),

Usinas Siderurgicas

de Minas Gerais SA

(-3,19%)

S&P 500 (Nova York):

0,37%

Dow Jones (Nova York):

0,58%

Nasdaq (Nova York):

0,19%

CAC 40 (Paris): 1,76%

Dax 30 (Frankfurt):

2,01%

Financial 100

(Londres): 0,22%

Nikkei 225 (Tóquio):

2,87%

Hang Seng (Hong

Kong): 0,86%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,96%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): 1,58%

Merval (Buenos Aires):

0,0%

IPC (México): -0,11%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Junho 2025: 0,24%

Julho 2025: 0,26%

Agosto 2025: -0,11%

Setembro 2025: 0,48%

Outubro 2025: 0,09%

Novembro 2025: 0,18%

Dezembro 2025: 0,33%

Janeiro 2026: 0,33%

Fevereiro 2026: 0,70%

Março 2026: 0,88%

Abril 2026: 0,67%



DATA MERCANTIL

SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM TRANSPARÊNCIA, SEGURANÇA E QUALIDADE.

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br



PUBLICIDADE LEGAL

Preço do diesel recua pela sexta semana após pico de R\$ 7,58



O preço médio do diesel S-10 nos postos brasileiros caiu R\$ 0,04 por litro na semana passada. Foi a sexta semana seguida de queda após escalada das cotações internacionais do petróleo provocada pela guerra no Irã. Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustível), o produto foi vendido, em média, a R\$ 7,16 por litro na semana passada. É uma queda acumulada de R\$ 0,42 por litro desde o pico de R\$ 7,58 atingido no início de abril.

Ainda é, porém, mais de R\$ 1 por litro acima do valor vigente antes dos primeiros ataques de Israel e Estados Unidos ao Irã.

Executivos do setor dizem que a queda é provocada por alívio nas cotações internacionais e menor demanda de produto importado com aumento da produção da Petrobras, que vem batendo recordes na utilização de suas refinarias.

Em maio, por exemplo, a estatal informou que o fator de utilização de suas refinarias superou 100% -isto é, a empresa está processando mais petróleo do que a capacidade nominal das instalações. No primeiro trimestre, a Petrobras bateu recorde de produção de diesel S-10.

Até a terceira semana de maio, o volume médio diário de importações de óleos combustíveis (categoria na qual o diesel é a maior

parte) caiu quase 30% em relação ao registrado no mesmo período do ano anterior. Com preço maior, porém, o gasto do país com as compras subiu 26%.

O preço-teto de venda de diesel nacional no programa de subvenção varia entre R\$ 3,99 a R\$ 4,29 por litro, dependendo da região. Já para o diesel importado, varia entre R\$ 4,19 e R\$ 4,43 por litro. Quanto mais diesel nacional no mercado, portanto, menor tende a ser o preço médio do produto nos postos.

A alta do preço do diesel após o início da guerra gerou grande preocupação no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que já lançou dois planos de subvenção para o produto, que prometem um ressarcimento total de até R\$ 1,52 por litro de diesel importado.

Os programas estão vigentes desde março e contribuem para evitar escalada de preços, já que o ressarcimento só é concedido a empresas que vendem o produto or valor menor do que um preço-teto estabelecido pelo governo.

O setor, porém, reclama de atrasos no pagamento da subvenção. As parcelas referentes às vendas de março, por exemplo, deveriam ter sido pagas até o fim de abril, mas até agora a ANP não liberou o dinheiro. As parcelas de abril vencem esta semana, também sem sinal de pagamento.

Clean Medical Comércio e Locação de Equipamentos Hospitalares S.A.

CNPJ/MF nº 11.957.593/0001-03

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em reais - R\$)

	Balancos Patrimoniais		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6.674.734	4.992.557	9.392.069	9.845.589	
Contas a receber	8.717.137	11.023.124	13.096.298	17.741.326	
Estoques	217.412	250.824	3.208.118	4.676.948	
Outros créditos	352.639	591.324	1.083.495	1.153.889	
Empréstimos e mútuos	353.311	-	353.311	-	
Despesas antecipadas	187.216	45.558	194.947	55.956	
Total do ativo circulante	16.502.450	16.903.388	27.328.239	33.473.706	
Não Circulante					
Aplicações financeiras - NC	1.020.140	12.171.277	1.020.140	12.171.277	
Investimentos	54.820.076	62.546.917	-	-	
Imobilizado	56.834.353	55.627.966	97.773.745	102.359.097	
Intangível	104.292	135.378	7.321.883	8.475.492	
Total do ativo não circulante	112.778.861	130.481.538	106.115.769	123.005.866	
Total do Ativo	129.281.311	147.384.927	133.444.008	156.479.573	
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores	2.163.978	851.317	2.307.472	1.997.004	
Empréstimos e financiamentos	16.031.755	21.243.047	17.265.778	24.222.703	
Obrigações tributárias	3.029.671	2.753.987	4.566.963	3.640.803	
Obrigações trabalhistas	871.805	563.944	1.222.678	921.984	
Dividendos a pagar	608.423	937.141	608.423	937.141	
Outras obrigações	936.143	1.127.131	958.160	1.289.567	
Participações societárias a pagar	7.970.941	15.699.563	7.970.941	15.699.563	
Total do passivo circulante	31.612.716	43.176.129	34.900.414	48.708.764	
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos - NC	46.003.747	34.746.518	46.878.747	38.308.529	
Outras obrigações - LP	116.036	17.595	116.036	17.595	
Total do passivo não circulante	46.119.784	34.764.113	46.994.784	38.326.124	
Patrimônio Líquido					
Capital social	35.575.864	35.575.864	35.575.864	35.575.864	
Reserva especial de ágio	24.805.860	24.805.860	24.805.860	24.805.860	
Reserva legal	1.372.909	1.372.909	1.372.909	1.372.909	
Reservas de lucros (prejuízo acumulado)	(10.950.115)	7.690.052	(10.950.115)	7.690.052	
Reserva de incentivos com ações	744.293	-	744.293	-	
Total do patrimônio líquido	51.548.811	69.444.685	51.548.811	69.444.685	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	129.281.311	147.384.927	133.444.008	156.479.573	
Demonstrações do Resultado					
	Controladora	2024	Consolidado	2024	
Receita Operacional Líquida	42.568.191	39.448.254	68.755.077	71.003.573	
Custo dos Serviços Prestados e das Mercadorias Vendidas	(17.862.029)	(16.040.580)	(27.299.454)	(30.488.201)	
Lucro Operacional Bruto	24.706.162	23.407.674	41.455.623	40.515.372	
Despesas com vendas	(4.771.467)	(2.880.163)	(7.525.315)	(6.745.724)	
Despesas gerais e administrativas	(14.676.036)	(9.996.273)	(17.040.435)	(13.152.266)	
Resultado de equivalência patrimonial	8.384.431	7.427.483	-	-	
Outras receitas e despesas, líquidas	(10.776.160)	1.087.875	(10.600.538)	1.962.071	
Lucro Operacional e antes do Resultado Financeiro	2.866.929	19.046.597	6.289.334	22.579.452	
Receitas financeiras	3.411.969	4.668.757	3.945.373	6.062.409	
Despesas financeiras	(14.171.359)	(8.973.769)	(15.114.343)	(11.039.699)	
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	(7.892.461)	14.741.585	(4.879.636)	17.602.162	
IRPJ e CSLL correntes	(7.550.862)	(5.496.746)	(10.563.687)	(8.357.324)	
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(15.443.323)	9.244.839	(15.443.323)	9.244.839	
Demonstrações do Resultado Abrangente					
	Controladora	2024	Consolidado	2024	
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	(15.443.323)	9.244.839	(15.443.323)	9.244.839	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	
Resultado Abrangente Total do Exercício	(15.443.323)	9.244.839	(15.443.323)	9.244.839	
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido					
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.575.864	24.805.860	910.667	849.430	62.141.821
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.244.839	9.244.839
Constituição de reserva legal	-	-	462.242	(462.242)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.401.979)	(3.401.979)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	1.460.004	1.460.004
Reserva estatutária de lucros	-	-	-	(10.242.601)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	35.575.864	24.805.860	1.372.909	7.690.052	69.444.685
Resultado do exercício	-	-	-	(15.443.323)	(15.443.323)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(3.196.844)	(3.196.844)
Reserva de incentivos com ações	-	-	744.293	-	744.293
Transferência de lucros para prejuízo	-	-	-	10.950.115	(10.950.115)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	35.575.864	24.805.860	744.293	(10.950.115)	51.548.811
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas					
1. Contexto Operacional - A Clean Medical Comércio e Locação de Equipamentos Hospitalares S.A. ("Companhia" ou "Clean Medical"), em conjunto com as entidades controladas ("Grupo") descritas na nota explicativa nº 1.1, atuam preponderantemente no ramo de locação de equipamentos hospitalares e venda de acessórios para equipamentos hospitalares. O Grupo atua ainda na prestação de serviços continuados que envolvem manutenção, suporte e monitoramento constante dos equipamentos hospitalares locados.					
1.1. Relação de entidades controladas: Em 29 de junho de 2023 a Companhia adquiriu 100% das cotas das empresas Agile Med Importação e Exportação S.A. ("Agile Med"), AGL Medical Equipamentos Hospitalares Ltda. ("AGL"), Top Care Produtos e Serviços Hospitalares Ltda. ("Top Care") e RR Medical Produtos e Serviços Hospitalares Ltda. ("RR Medical"). Como parte do processo de reorganização societária, em setembro de 2023, as empresas Top Care e RR Medical foram incorporadas pela Agile Med. Posteriormente, em maio de 2024, a AGL também foi incorporada pela Agile Med.					
Lucas Eduardo Meneguetti Diretor Executivo (CEO)		Leandro de Castro Silva Diretor Financeiro (CFO)		Vinícius Rezende Lazaro Contador CRC-SP 341.299/0-5	

DATA MERCANTIL

FALE CONOSCO POR E-MAIL
comercial@datamercantil.com.br

datamercantil.com.br

NEGÓCIOS

Eco Invest viabiliza R\$ 13,2 bilhões em investimentos



O quarto leilão do programa Eco Invest Brasil poderá impulsionar até R\$ 13,2 bilhões em investimentos voltados à bioeconomia, ao turismo sustentável e à infraestrutura. Os resultados foram anunciados pelos ministérios da Fazenda e do Meio Ambiente e Mudança do Clima nesta segunda-feira (25).

Dos R\$ 13,2 bilhões, aproximadamente R\$ 9 bilhões devem ser aplicados na Amazônia Legal. A rodada aprovou R\$ 3,1 bilhões em capital catalítico na modalidade principal.

Ao todo, oito instituições financeiras participaram da disputa: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, ABC Brasil, Bradesco, BTG Pactual,

Citibank, Itaú e Santander. Entre os vencedores da etapa estão Banco do Brasil, BTG Pactual, Bradesco e ABC Brasil.

Já na linha complementar de recursos públicos, o valor homologado alcançou R\$ 2,5 bilhões.

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o investimento do Brasil de 1,9% do PIB em inovação "é pouco" para a iniciativa privada e para o governo juntos.

De acordo com o ministro, o estado possui um papel, sendo necessário realizar um bom investimento e melhorar o aproveitamento da mão de obra qualificada.

Durigan ainda afirmou que "o estado não é dono da verdade" e enfatizou a necessidade de reconhecer

a eficiência das instituições privadas e universidades na modelagem econômica e financeira do país.

"O estado precisa dar capital catalítico e trazer as instituições financeiras para viabilizar projetos junto com a capacidade da iniciativa privada", afirmou o ministro.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, destacou a movimentação bilionária de recursos e o avanço dos leilões de forma gradual. "A primeira edição consolidou o programa com avanços no mercado de dívida, o segundo consolidou a recuperação de mais de terras degradadas, o terceiro voltado ao Equity foi um dos mais importantes para nossa trajetória", disse ele.

CNN

Justiça protege Estrela contra credores antes de confirmar recuperação judicial

O TJ-MG (Tribunal de Justiça de Minas Gerais) concedeu, nesta segunda-feira (25), uma tutela de urgência que protege o Grupo Estrela de pressões financeiras imediatas.

A proteção cautelar impede que prestadores de serviços essenciais, como água e energia, interrompam o abastecimento e que instituições financeiras executem dívidas correntes da empresa. A decisão ocorre no âmbito de um pedido de recuperação judicial feito pela fabricante de brinquedos na última quarta (20), que deverá ser avaliado após uma perícia encomendada pela Justiça.

A liminar também proíbe que instituições financeiras

executem o vencimento antecipado de contratos ou façam retenções, compensações e bloqueios nas contas bancárias do grupo sem autorização judicial prévia.

A medida tem efeito sobre oito empresas do conglomerado de brinquedos, que reportou um endividamento total de R\$ 109,1 milhões, sendo R\$ 3,2 milhões em passivos trabalhistas. O descumprimento dessas obrigações sujeita os credores a uma multa diária de R\$ 1.000 de multa por violação à liminar.

O presidente do Grupo Estrela Pedro Bordon disse que não iria comentar.

Há 89 anos no mercado, o Grupo Estrela reúne as marcas Estrela, Brinque-

Uber oferece 10 bilhões de euros pela Delivery Hero

A Delivery Hero informou que recebeu uma proposta de aquisição da Uber que avalia a companhia alemã de entregas em cerca de 10 bilhões de euros, em mais um movimento de consolidação no setor global de delivery.

Segundo a empresa, a proposta indicativa prevê o pagamento de 33 euros por ação a todos os acionistas.

A Delivery Hero afirmou que segue "totalmente focada" na execução da revisão estratégica e que divulgará novas atualizações quando necessário ou apropriado.

A Uber não comentou o assunto.

A investida ocorre após a Uber ampliar a participação na empresa nas últimas semanas. A companhia americana detém diretamente 19,5% da Delivery Hero e outros 5,6% por meio de contratos financeiros.

Na semana passada, ao anunciar nova compra de ações, a Uber havia afirmado que não pretendia ultrapassar 30% dos direitos de voto nem promover mudanças relevantes na estrutura de capital da empresa.

O possível negócio reforça a tendência de consolidação do setor de

entregas, após o fim do boom de demanda observado durante a pandemia. Nos últimos anos, empresas do segmento têm buscado fusões e aquisições para ganhar escala e eficiência operacional.

Entre as operações recentes estão a compra da britânica Deliveroo pela DoorDash, por cerca de 2,9 bilhões de libras, e a aquisição da Just Eat Takeaway pela Prosus, controladora do iFood, em um acordo de 4,1 bilhões de euros.

A Delivery Hero passa por uma reestruturação estratégica desde o ano passado. Neste mês, a companhia anunciou que o cofundador e CEO, Niklas Ostberg, deixará o cargo até março de 2027, embora permaneça à frente de negociações relacionadas à revisão estratégica da empresa.

Por volta das 9h05, pelo horário de Brasília, a Delivery Hero disparava 10,18% em Frankfurt.



CNN

molde, Catu, Editora Estrela, Estrela Distribuidora de Brinquedos, JM Comércio e Indústria de Plásticos, Starcom do Nordeste e Starcom.

A empresa diz no processo que enfrenta uma crise decorrente de fatores estruturais e setoriais. Entre os motivos citados estão a abertura de mercado na década de 1990, concorrência com importados de baixo custo, contrabando, descaminho e mudanças no comportamento de consumo infantil.

Na mesma decisão, a 1ª Vara Cível da Comarca de Três Pontas (MG) determinou a realização de uma perícia prévia antes de decidir sobre o processamento do pedido de recuperação judicial do grupo.

Folhapress

